

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI N.º 2.888, DE 2004

Dispõe sobre a obrigatoriedade de o fornecedor de gás para cozinha disponibilizar balança aferida pelo INMETRO para verificação do peso do produto pelo consumidor final.

Autor: Deputado LOBBE NETO

Relator: Deputado Simplício Mário

I-RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 2.888, de 2004, de autoria do nobre Deputado Lobbe Neto, determina aos estabelecimentos e unidades móveis que vendam gás liquefeito de petróleo (GLP) disponibilizar, aos consumidores, balança aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e qualidade Industrial - INMETRO, para conferência do peso do produto oferecido.

O nobre autor justifica sua proposta, lembrando das inúmeras denúncias referentes à diferença de peso existente entre o que deveria conter e o que realmente contém o botijão de gás quando ofertado ao público em geral.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, a análise da questão no que tange à defesa do consumidor e às relações de consumo.

II-VOTO DO RELATOR

O projeto sob comento tem o inestimável valor de visar à defesa e proteção do consumidor brasileiro de gás de cozinha, ou seja, praticamente toda a nossa população, com exceção dos totalmente excluídos e que vivem à margem da sociedade, os quais, infelizmente, não são poucos.

Não obstante o mérito da proposta, temos conhecimento que a Agência Nacional do Petróleo – ANP - publicou, em 20 de novembro de 2003, a Portaria n.º 297/03, que regulamente o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP)”.

De acordo com informação da própria ANP, na elaboração da Portaria n.º 297/03 foram considerados, entre outros objetivos, os seguintes: 1) cadastrar os revendedores, visando coibir a venda clandestina; 2) garantir que as normas de segurança sejam observadas no armazenamento do produto; 3) observar os direitos do consumidor, inclusive a garantia da quantidade do produto.

Vejamos o que informa o inciso V do art. 16 da Portaria n.º 297/03 da ANP:

Art.16. O revendedor de GLP obriga-se a:

.....

V- dispor de balança decimal, em perfeito estado de conservação e funcionamento, certificada pelo INMETRO para aferição, pelo consumidor, do peso de recipiente transportável cheio de GLP;

.....

Finalmente, queremos ressaltar que, devido à impossibilidade de se manter a calibragem da balança, quando submetida a constante movimento e trepidação, a idéia de unidades móveis conduzirem balança não pode ser implementada. Ademais, os consumidores, de baixa renda que residem em locais longínquos, terão dificuldades em obter o gás de cozinha. O transporte precário a estes locais, realizado, em sua maioria, por meio de bicicletas ou motocicletas, quando existem, e cuja possibilidade de manterem a

balança intacta é ínfima, acabará por inviabilizar a obtenção do gás liquefeito e desprotegerá uma categoria de consumidor de poucos recursos . Estes poderão receber o produto onerado ou pesado em balança não aferida pelo INMETRO, estimulando a fraude em vez de controlá-la, prejudicando o consumidor final, principalmente, os de baixa renda.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei n.º 2.888, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado **Simplicio Mário**

Relator